

PROCESSO - A. I. Nº 281078.0006/07-0
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - AMERICAN VIRGÍNIA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO DE TABACOS LTDA. (AMERICAN VIRGÍNIA TABACOS)
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS
ORIGEM - IFEP COMÉRCIO
INTERNET - 30/07/2008

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0242-11/08

EMENTA: ICMS. EXCLUSÃO PARCIAL DE DÉBITO. Representação proposta com base no artigo 119, II, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), para que seja excluído da autuação o montante exigido a título de fundo de combate à pobreza, correspondente à alíquota de 2% sobre as operações internas com cigarros classes II, II e III, a teor do § 1º do art. 51-A, do RICMS. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATORIO

Trata a presente Representação, procedida e encaminhada pela PGE/PROFIS, com fulcro no art. 114, II § 1º do RPAF/99, para que este CONSEF, à vista da existência de “vício insanável ou ilegalidade flagrante” a macular a autuação, reconheça o equívoco havido pela agente autuante, promova a extinção do presente PAF, o qual contém apenas 1 infração.

Relatam os ilustres procuradores, o destaque às fl. 52 nas informações fiscais, pelo qual a Agente autuante informou que no levantamento fiscal considerou que caberia a cobrança de 2% relativos ao fundo de pobreza, e mais adiante aduziu ter deixado de observar que os cigarros comercializados pela empresa autuada enquadram-se na classe I, II e III, compreendidos no art. 51-A, § 1º, e estes não estão sujeitos à cobrança do referido percentual.

Despacho promovido no âmbito de revisão dos processos administrativos, no exercício do controle de legalidade, previamente à inscrição em Dívida Ativa, atesta que o crédito tributário apurado nos presentes autos, encontra-se eivado de ilegalidade flagrante, representando a este CONSEF, nos termos do art. 119, II da COTEB.

Situada a ilegalidade, com a exigência de diferença do percentual de 2% (dois por cento) referente ao fundo de pobreza, dada a acusação referir-se a cigarros não sujeitos à cobrança do referido percentual, fato do qual decorre a extinção do crédito tributário subjacente.

Submetida à apreciação do Procurador Chefe da PGE/PROFIS, referida Representação recebeu o “De Acordo”.

VOTO

O Auto de Infração em análise, objeto da Representação, foi lavrado sob a acusação de que o autuado realizou operações de vendas de cigarros internamente, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) quando o correto seria aplicar a alíquota de 27%, dado o diferencial para o programa de combate à pobreza de 2% (dois por cento).

À fl. 52, consoante citado pela PGE/PROFIS, a Auditora autuante solicitou o cancelamento da infração à Inspeção IFEP Comércio, considerando ter-se enganado, pois os cigarros objetos da infração são da classe I, II e III, e conforme disposições do art. 51. A, inciso II, não estão esses produtos sujeitos à cobrança desse diferencial.

E vemos que:

Art. 51-ª.....”de primeiro de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2010, as alíquotas incidentes nas operações e prestações indicadas no inciso I do art. 50, com as mercadorias e serviços a seguir indicados, serão acrescidas de dois pontos percentuais, passando a ser..”

II- 27% (vinte e sete por cento) nas operações e prestações com os produtos e serviços relacionados no inciso II do artigo anterior.

...

*§ 1º- Não se aplica o disposto neste artigo nas operações com óleo diesel, **cigarros enquadrados nas classes fiscais I, II, III pela legislação federal do IPI**, no fornecimento de energia elétrica destinada ao consumo residencial inferior a 150 kw mensais e nas prestações de serviços de telefonia prestados mediante ficha ou cartão”.*

Voto por ACOLHER a Representação proposta, restando o débito do presente Auto de Infração com a seguinte configuração:

D. DE OCORRÊNCIA	D. DE VENCIMENTO	B. DE CÁLCULO	ALÍQ.	MULTA	VALOR EM REAL
31/07/2002	09/08/2002	3.333,33	25%	60	833,33
31/08/2002	09/09/2002	11.681,37	25%	60	2.920,34
30/09/2002	09/10/2002	8.473,96	25%	60	2.118,49
31/10/2002	09/11/2002	11.851,81	25%	60	2.962,95
30/11/2002	09/12/2002	14.281,37	25%	60	3.570,34
31/12/2002	09/01/2003	15.066,66	25%	60	3.766,67
31/01/2003	09/02/2003	9.148,14	25%	60	2.287,04
28/02/2003	09/03/2003	21.233,29	25%	60	5.308,32
31/03/2003	09/04/2003	8.925,92	25%	60	2.231,48
30/04/2003	09/05/2003	3.481,48	25%	60	870,37
30/06/2003	09/07/2003	2.666,66	25%	60	666,67
28/02/2006	09/03/2006	632,62	25%	60	158,16
		110.776,61			27.694,16

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, ACOLHER a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de julho de 2008.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

OSWALDO IGNÁCIO AMADOR – RELATOR

ANA PAULA TOMAZ MARTINS - REPR. DA PGE/PROFIS